15:58 32%

SEG _ Rachel Maia (quinzenal) _Ricardo Henriques (quinzenal)_ TER _ Míriam Leitão _ QUA _ Zeina Latif _ QUI _ Míriam Leitão _ SEX _ Fabio Giambiagi (quinzenal)_Rogério Furquim Werneck (quinzenal) _ SÁB _ Carlos Góes (mensal) _ DOM _ Míriam Leitão

FABIO GIAMBIAGI

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

O Plano Real e a Argentina

Até a década de 1990, Brasil e Argentina eram indistinguíveis. Ambos os países tinham sofrido com ditaduras e passado por redemocratizações ao mesmo tempo; ambos tinham deixado de crescer na "década perdida" dos 80; ambos estavam padecendo os efeitos do endividamento externo; ambos tinham relações conturbadas com o FMI; e ambos tinham um histórico de inflação elevada. Países têm as suas individualidades, mas numa comunidade de 200 nações, quem é de fora contempla a floresta e não a árvore e, nesse sentido, Brasil e Argentina, para o mundo, eram, mal comparando, como Romênia e Bulgária para um brasileiro: "mais ou menos parecidos", numa mesma região do globo.

Hoje, o Brasil tem muitos problemas: baixo crescimento, investimento fraco, produtividade anêmica, desigualdade grande, déficit público enorme etc. Quando se olha para a Argentina, porém — e testemunhei isso recentemente, passando uns dias de férias por lá — tem-se a impressão de que pertencemos a outro planeta. Ir para lá, como disse a um amigo, é como ingressar no túnel do tempo — e revisitar todas as mazelas que o Brasil, felizmente, deixou atrás há três décadas.

A vida diária associada à inflação é simplesmente um caos. Troquei quatro notas de US$ 100 e recebi de volta 380 notas. Sim, é isso: 380, não 38. A inflação nos últimos 12 meses foi de 288% — e continua aumentando. A inflação média mensal nos primeiros três meses de 2024 foi de 15%. Os reajustes de uma série de variáveis, que até alguns anos atrás eram anuais, passaram para semestrais, depois quadrimestrais, trimestrais, mensais e quando estive em Buenos Aires algumas atividades tinham reajustes quinzenais. É praticamente impossível comparar preços, porque o supermercado que tem um produto mais barato de manhã pode ter tido ele aumentado em 15% se o consumidor atraído pelo preço que a vizinha citou voltar para fazer a compra de tarde. O país se prepara para a enésima negociação com o FMI, há greves, incerteza etc. O Brasil já foi assim — no passado.

Se não é mais — agora que o Plano Real se encaminha para fazer seu 30º aniversário em junho — é o momento de fazer o devido reconhecimento ao papel que um conjunto de indivíduos teve em 1994 para produzir essa transformação que se tornou um divisor de águas no Brasil, marcando a História com um antes e um depois daquele já distante 30/6/1994 que mudou os rumos da economia. Quando se vê o que é o dia a dia no país *hermano*, às voltas com as mesmas questões nossas de 30 anos atrás, percebe-se a dimensão do que aquela equipe foi capaz de fazer. Sob a condução política de Fernando Henrique Cardoso e a hábil regência de Pedro Malan, o grupo dos "pais do Real", o *dream team* composto por Gustavo Franco, Pérsio Arida, Edmar Bacha, André Lara Resende e Winston Fritsch, contando também com o benefício da reflexão de anos anteriores feita por Francisco Lopes e Eduardo Modiano — embora estes dois últimos não estivessem na equipe — elaborou um plano com grande dose de engenho. Ele foi fruto de dez anos de uma rica discussão no âmbito do Departamento de Economia da PUC-RJ, sob a liderança intelectual de Dionísio Dias Carneiro e Rogério Werneck. Foi esse plano que permitiu passar de um Brasil de uma inflação de 50% ao mês para virar um país com uma inflação de 4% — ao ano. Plano esse que — cabe lembrar — contou na época com a crítica ferrenha do PT, que a ele se opôs de todas as formas, com o argumento de que teria efeitos recessivos e seria um fracasso, como os anteriores cinco planos de estabilização tentados desde 1986.

Quando se vê o que é o dia a dia no país 'hermano', às voltas com as mesmas questões nossas de 30 anos atrás, percebe-se a dimensão do que a equipe econômica de 1994 foi capaz de fazer

Não há hoje na Argentina, pelo menos por enquanto, uma reflexão consolidada acerca de como implementar um plano de estabilização e desindexar a economia, como havia no Brasil em 1994. E, muito menos, alguém com a habilidade de FHC. Liderança política e consistência técnica: feliz do país quando essas duas coisas se juntam. Foi a combinação zodiacal que o Brasil teve há 30 anos.

Brasil perde R$ 453 bilhões com mercado ilícito

Estudo de CNI, Firjan e Fiesp aponta que prejuízo ocorre a partir de crimes como contrabando, pirataria e sonegação de impostos. Ministro da Justiça defende cooperação e inteligência no combate às ações ilegais

BRASÍLIA E RIO

O Brasil teve um prejuízo econômico de R$ 453,5 bilhões, em 2022, com ações ilegais, como contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de impostos e furto de energia e água. A constatação é do "Brasil Ilegal em Números", levantamento produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Segundo o estudo, do valor total, R$ 136 bilhões se referem aos prejuízos diretos com os impostos que deixaram de ser arrecadados e R$ 297 bilhões a perdas registradas por 16 setores econômicos. Trecho do documento afirma que "o mercado ilegal drena de forma crescente recursos da economia, distorce relações concorrenciais, prejudica a estrutura pública, contribui para a insegurança, precariza o mercado de trabalho e o bem-estar da população, comprometendo o futuro do país".

Ontem, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que o combate ao mercado ilegal no país precisa ser feito não apenas com a polícia, mas também com cooperação com o setor privado, inteligência e com a contribuição da sociedade.

— Embora tenhamos, de certa forma, superado a insegurança jurídica, enfrentamos a questão da segurança pública. O combate ao Brasil ilegal é algo que se mostra urgente, premente. Esse prejuízo para a sociedade de R$ 453 bilhões é algo que deve ser levado em consideração e examinado com muita preocupação por parte do governo, do Estado brasileiro — afirmou o ministro, em evento promovido pela CNI.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio, citou a atuação das milícias no Rio de Janeiro e disse que mais de quatro milhões de pessoas moram em áreas, no estado, onde o poder público não pode atuar:

— O avanço da criminalidade organizada sobre a economia do Brasil se dá numa velocidade espantosa e alcança proporção absurda.

IMPACTO NA ECONOMIA

O mercado ilegal afetou a geração de vagas formais de emprego: o Brasil deixou de gerar quase 370 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2022, segundo o estudo. O estudo analisou os setores mais afetados pelo mercado ilícito: audiovisual (filmes), bebidas alcoólicas, brinquedos, celulares, cigarros, combustíveis, fármacos, cosméticos e higiene pessoal, defensivos agrícolas, material esportivo, óculos, PCs, perfumes importados, TV por assinatura e vestuário — o que mais perdeu foi o de vestuário, deixando de empregar quase 67 mil trabalhadores.

A entrada ilegal de produtos estrangeiros no país é outro foco de prejuízo. Apenas em 2023, de acordo com o balanço aduaneiro do Brasil, a Receita Federal realizou 17.627 operações de combate ao contrabando, descaminho e importação irregular de mercadorias estrangeiras, resultando na apreensão de R$ 3,78 bilhões em mercadorias ilícitas, como cigarros, produtos eletrônicos, brinquedos e perfumes. Isso representa menos de 1% do total movimentado pelo comércio ilegal no país.

No ranking de produtos falsificados, o Brasil ficou na posição 171 entre 193 países. Na América do Sul, apenas Colômbia, Paraguai e Peru estão em situação pior.

O estudo destaca ainda que, nos últimos anos, um desafio adicional é o crescimento do comércio eletrônico, em especial de marketplaces. O abuso no uso do mecanismo que dá isenção a remessas internacionais de até determinado valor, venda de produtos proibidos e que não cumprem regulamentos técnicos, além da necessidade de aumentar a responsabilização das plataformas pela oferta de peças de origem ilegal, são pontos indicados pelo estudo que deveriam ser acompanhados com mais rigor pelas autoridades.

No evento de ontem, o presidente da CNI, Ricardo Alban, afirmou que bilhões são perdidos em arredação tributária. E disse que o combate aos prejuízos gerados com o mercado ilegal também é importante para ajustar as contas públicas:

— Temos oportunidade de trabalhar juntos e fazer um grande esforço pelo equilíbrio fiscal, como consequência. O que ajudará toda a sociedade.

As ligações clandestinas de luz e água, os populares "gatos", custaram R$ 6,3 bilhões ao país. Só em 2022, a energia furtada no Brasil seria suficiente para atender as residências da Região Metropolitana de São Paulo durante mais de um ano.

GILBERTO SOUZA/CNI

União de forças. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, fala no Seminário Combate ao Brasil Ilegal, em Brasília

R$ 136 bi

Referem-se aos prejuízos diretos com impostos

Entre os R$ 453 bilhões, este foi o valor que deixou de ser arrecadado pelo governo

Azul mira acionista controlador da Gol para negociar fusão

Aérea tenta acordo com Grupo Abra, que passaria a ter participação na nova companhia

Da Bloomberg News

O empenho da Azul Linhas Aéreas em fechar uma fusão com a Gol Linhas Aéreas ganhou força nas últimas semanas, com negociações em andamento para alcançar um acordo com o acionista controlador da aérea concorrente brasileira, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

No cenário avaliado, o Grupo Abra passaria suas ações da Gol para a Azul em troca de uma participação na nova companhia aérea combinada, disse uma das pessoas, pedindo para não ser identificada porque as discussões ainda são privadas. É um modelo de transação que poderia seduzir a Azul porque a companhia não teria de botar muito dinheiro no acordo, se é que teria de pôr algum, afirmou outra fonte.

Caso a negociação se concretize por esse modelo, o Abra manteria inalterada sua participação na colombiana Avianca. Qualquer acordo, porém, precisaria ser aprovado pelos controladores, credores e acionistas das empresas, além dos órgãos reguladores.

As ações das duas empresas brasileiras subiram com a notícia, e a negociação dos papéis foi interrompida por um breve período na B3. A Gol bateu máximas para suas ações, enquanto a Azul reverteu perdas.

Em março, conforme informou a Bloomberg, a Azul contratou o Citigroup e a Guggenheim Partners para formatar um acordo a ser oferecido à Gol, que está em recuperação judicial para reestruturar sua dívida depois de enfrentar dificuldades para fazer pagamentos e arcar com despesas como as com combustível.

Azul e Gol integram com a chilena Latam um trio de companhias que domina o mercado de aviação civil no Brasil, o maior da América Latina. Embora as duas empresas atendam rotas de alto tráfego, a Gol está mais concentrada em voos entre São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Enquanto a rede da Azul para outras cidades do país é mais ampla.

Procuradas, Azul e Abra não comentaram. A Gol não respondeu ao questionamento feito pela Bloomberg.

A Gol pediu para ingressar no Chapter 11 nos EUA, processo semelhante à recuperação judicial brasileira, após ter de lidar com US$ 2,7 bilhões em passivos de curto prazo, além de ter feito mais de uma dezena de trocas de dívidas. No processo, a companhia conseguiu ampliar um empréstimo vindo de credores de US$ 950 milhões para US$ 1 bilhão.

A Avianca, que entrou no Chapter 11 em 2021, está em posição melhor. Os títulos da companhia entregaram um retorno de 26% aos investidores no ano passado, em comparação a uma média de 6,6% vindos de empresas latino-americanas no período, segundo indicador Bloomberg.

DIVULGAÇÃO

Aéreas. Qualquer acordo terá que passar por diferentes níveis de aprovação